

► **Informações Básicas**

Texto do Discurso

O SR. JANIO MENDES – Sr. Presidente Deputado José Luiz Nanci, quero registrar que esta Casa viveu hoje um belíssimo momento com uma Audiência Pública conjunta realizada pela Comissão de Defesa do Consumidor, presidida pelo Deputado Luiz Martins; pela Comissão de Agricultura, Pecuária e Políticas Rural, Agrária e Pesqueira, presidida pelo Deputado João Peixoto, e também pela comissão presidida pelo Deputado Dionísio Lins. Aqui estiveram presentes o Secretário de Abastecimento e Pesca do Estado do Rio de Janeiro, Deputado Felipe Peixoto; o Sr. Waldir, presidente da Associação da Ceasa com o plenário e a galeria lotados.

Nós tivemos a oportunidade de discutir com a presença de mais de 15 Deputados, numa sessão que iniciou presidida pelo nosso Presidente, o Deputado Paulo Melo, toda a problemática vivenciada hoje com a Central de Abastecimento do Estado do Rio de Janeiro em razão da assinatura de um termo de ajustamento de conduta entre a Secretaria de Estado e o Ministério Público estabelecendo um prazo de cinco anos, com renovação de mais cinco, para aqueles que administram a Ceasa.

É importante frisar, e isso ficou bem claro em nossa Audiência Pública, que a Ceasa vive hoje um novo momento; um momento em que a Associação realizou reformas profundas. Foi-nos trazido um orçamento de 60 milhões de reais investido ao longo do período pelos administradores, pela Associação de Usuários, fruto da receita da taxa de condomínio que é cobrada dos condôminos usuários do sistema, que convertida em moeda resulta em um investimento de mais de 100 milhões.

Em diversos estados brasileiros vive-se a mesma discussão. A Lei 8666, lei de licitações, que rege a administração pública, chama à necessidade de uma licitação. Não havendo a licitação, a renovação provisória de uma permissão de uso para que aqueles que hoje administram possam administrar. Mas inegável é, e este é o pleito que nos foi trazido pelo Presidente da Comissão, Deputado Luiz Martins, um Deputado que já vem atuando há muito nessa causa. A gente conhece bem o Deputado Luiz Martins, desde o tempo em que ele atuava em favor dos feirantes no Estado do Rio de Janeiro, profundo conhecedor, portanto, da causa.

Ali foi feito um investimento privado. Cabe-nos agora encontrar um mecanismo que possa atender a essa necessidade do Estado, a necessidade do

Ministério Público em fazer cumprir a lei e a necessidade maior e urgente de todos os trabalhadores.

A Ceasa é um grande empregador. A Ceasa tem uma mediação entre o produtor rural e o comércio em geral. Ali se tem acesso às compras por atacado que abastecem as gôndolas dos supermercados, que chegam à mesa do trabalhador, em supermercados e feiras.

Então é importante, porque nós estamos falando de um setor produtivo. É importante que esta Casa assumisse o debate e trouxesse a discussão.

É bem verdade que, durante muito tempo, ouve-se falar da falta de estrutura e organização interna da Ceasa em razão até mesmo da ausência do Estado. Então, o Deputado Felipe Peixoto, quando assumiu a Secretaria de Abastecimento e Pesca, uma pasta criada, teve o grande desafio de organizar e de estruturar. O Deputado Felipe Peixoto, em instante algum, pecou por omissão diante da responsabilidade que lhe foi atribuída pelo Governador Sérgio Cabral, e foi ajustando.

Eu usei aqui a figura, durante a audiência pública, na presença dos produtores, de que, quando o caminhão vai ao campo para buscar um carregamento de melancia, a carga é lançada no container, é lançada na carroceria do caminhão, e ele parte. Quando esta carga chega ao terminal da Ceasa, ela chega arrumadinha. Mas ela foi arrumada ao longo do caminho, nos chamados freios de arrumação que o caminhão ou o vagão veio tendo ao longo do caminho.

Então, a audiência pública está como esse freio de arrumação, no trabalho, na dificuldade, na luta do Secretário em estruturar a Secretaria, em arrumar o setor, e arrumar não apenas no aspecto físico, porque no aspecto físico todos são unânimes em dizer que está bem arrumado, fruto do trabalho voluntarioso da associação de produtores, de administradores da Ceasa, que, segundo referência dos próprios, hoje, a Ceasa do Rio de Janeiro é dos melhores do país, fruto dessa determinação. Mas arrumar também do ponto de vista legal. Era preciso que houvesse uma adequação, por isso a interferência do Ministério Público, por isso a necessidade de interferência do Estado e do Poder Legislativo.

Como resultado dessa audiência pública, o Deputado Luiz Martins encaminhou uma Indicação Legislativa, que deverá ser subscrita por todos os parlamentares integrantes desta Casa Legislativa para que o Governador do Estado encaminhe a esta Casa um projeto de lei regulamentando essa concessão, dando-lhe um prazo de 15 anos, prorrogáveis por mais 15, como assim encaminhou a Comissão de Defesa do Consumidor, juntamente com a Comissão de Agricultura, com o entendimento do Secretário de Estado de

Abastecimento e de todos aqueles que integram a Associação da Ceasa. Vivemos, no Parlamento, um grande momento de construção de uma política pública que vai atender ao setor que, até então, estava apartado.

Estiveram presentes a esse grande debate os Deputados Nilton Salomão, Inês Pandeló, Pedro Fernandes, Bruno Correia, Dionísio Lins, Coronel Jairo e Domingos Brazão.

Cumprimento o Deputado Luiz Martins por sua dedicação, empenho e trabalho e pelo êxito da audiência pública, que contou com a Presidência inicial do Deputado Paulo Melo e a mediação do líder do Governo, Deputado André Corrêa.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Que Deus nos abençoe.

O SR. PRESIDENTE (José Luiz Nanci) – Quero enfatizar a presença dos alunos da Universidade Estácio de Sá, de Campo Grande. Sejam bem-vindos. A Casa é dos senhores.

Fonte:

<http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/taqalerj.nsf/8b99ca38e07826db032565300046fdf1/78d4ddb354ce33db83257b58006ba68c?OpenDocument&Highlight=0,pesca>